



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO N.º 119/VII (3.a) - AC

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

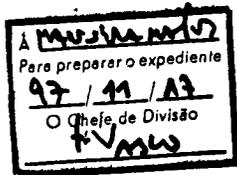
REQUERIMENTO

24 Novembro 1997
Justiça do Dr. Francisco

1. Segundo refere o DN de ontem (pág. 29), na reportagem da visita à Ribeira Quente e outros lugares sinistrados, o Senhor Primeiro-Ministro justificou não ter o Governo declarado como calamidade pública a situação no Alentejo porque “é prejudicial para as pessoas”, já que a maioria sairia desfavorecida.
2. Ora, quando dos temporais do ano passado, na Região Autónoma dos Açores, o Governo apressou-se a declarar a calamidade pública — a pedido do Governo Regional e com apoio da Assembleia da República — abrindo, entre outras coisas, a possibilidade de processos mais expeditos na realização de obras públicas, que aliás parece não terem sido utilizados, pois se estão fazendo agora ajustes directos para tais obras, portanto ainda não começadas.

Assim, nos termos das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, os Deputados signatários requerem ao Governo os seguintes elementos:

- a) Que razões levam o Senhor Primeiro-Ministro a afirmar que a declaração de estado de calamidade pública “é prejudicial para as pessoas”?
- b) Esta convicção do Senhor Primeiro-Ministro formou-se recentemente ou é anterior à declaração de calamidade pública para a Região Autónoma dos Açores?
- c) No caso de tal convicção ser anterior, por que razão o Governo decretou a situação de calamidade pública para os Açores, sabendo que “é prejudicial para as pessoas”?





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- d) No caso de tal convicção ser posterior, será que a experiência da aplicação do estado de calamidade pública na Região Autónoma dos Açores se revelou ineficaz ou de perversos efeitos sobre as pessoas? E em que termos?
- e) Resultando, pelos vistos, da declaração de calamidade pública prejuízo para as pessoas, cuja maioria sai desfavorecida, segundo o Senhor Primeiro-Ministro — daí que o Governo não tenha aprovado tal declaração para o Alentejo, fustigado por temporais calamitosos — pensa o Governo revogar a declaração feita no ano passado para a Região Autónoma dos Açores?

Lisboa e Sala das Sessões, 14 de Novembro de 1997

Os Deputados do PSD/Açores

João Bosco Mota Amaral

José Guilherme Reis Leite

Rolando Lalanda Gonçalves